

REVISTA DE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

Ano VII • Número 27-28

julho – dezembro 2016

DIRETORES

PAULO DE SOUSA MENDES • MIGUEL SOUSA FERRO

PROPRIETÁRIOS

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Av. de Berna, 19
1050-037 Lisboa
NIF: 506557057

IDEF

FACULDADE DE DIREITO

Alameda da Universidade
1649-014 LISBOA
NIF: 506764877

SEDE DA REDAÇÃO

Avenida de Berna, 19
1050-037 Lisboa

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA
Rua Fernandes Tomás, n.º 76-80
3000-167 Coimbra, Portugal
T: 239 851 904
F: 239 851 901
editora@almedina.net
www.almedina.net

EXECUÇÃO GRÁFICA
EDIÇÕES ALMEDINA, SA

Preço avulso desta Revista €25,00
Assinatura anual da Revista (4 números) €90 (desconto de 10%)

JUNHO 2017

DEPÓSITO LEGAL
304538/10

N.º DE REGISTO NA ERC
126126

TIRAGEM
500 EXEMPLARES

ESTATUTO EDITORIAL

http://www.concorrenca.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Revista_CR/Paginas/Revista-CR.aspx

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

ÍNDICE

- 7 EDITORIAL
- 15 DOUTRINA
- 17 Doutrina geral
- 19 Mary Catherine Lucey – *Economic crisis and competition law in Ireland and Portugal*
- 27 Maria Elisabete Ramos – *Situação do “private enforcement” da concorrência em Portugal*
- 85 Pedro Matias Pereira – *O dever de resolver contratos públicos**
- 103 Luís Almeida – *A Contratação Pública Verde no quadro da nova Diretiva 2014/24/UE*
- 129 Bruno Miguel Fernandes – *A garantia de depósitos bancários*
- 183 Dossier temático I
Auxílios de Estado
- 185 Edmilson Wagner dos Santos Conde – *Poderão as decisões dos órgãos jurisdicionais que atribuem indemnizações constituir auxílios de Estado?*
- 199 Luis Seifert Guincho – *State aid and systemic crises: appropriateness of the European State aid regime in managing and preventing systemic crises*
- 239 Mariana Medeiros Esteves – *Os auxílios de Estado sob a forma fiscal e o combate da concorrência fiscal prejudicial na União Europeia*
- 265 Ricardo Quintas – *A incongruência judicativa de uma deliberação positiva de compatibilidade de um auxílio de Estado não notificado*
- 291 Dossier temático II
Responsabilidade criminal das pessoas coletivas e dos titulares dos órgãos sociais
- 293 Ana Catarina Martins – *Imputação subjetiva: como se constrói e se prova o dolo da pessoa coletiva?*
- 307 Maria João Almeida Semedo – *Imputação subjetiva: como se constrói e se prova o dolo da pessoa jurídica - orientação jurisprudencial*
- 323 Joana Gato – *Identificação de algum, ou alguns dos dirigentes que são agentes do facto coletivo como requisito para a responsabilização da pessoa coletiva*

- 337 João Nuno Casquinho – *Responsabilidade penal das pessoas coletivas em casos de fusão, cisão ou transformação*
- 351 João Pedro Neves Rodrigues – *Critérios objetivos de imputação de facto coletivamente típico à pessoa coletiva e o conceito de gerentes de facto e de direito*
- 367 LEGISLAÇÃO
- 369 Legislação nacional
- 369 Legislação nacional de regulação – julho a dezembro de 2016
- 375 JURISPRUDÊNCIA
- 377 Jurisprudência geral
- 377 Jurisprudência nacional de concorrência – julho a dezembro de 2016
- 387 Jurisprudência de concorrência da União Europeia – julho a dezembro de 2016
- 393 BIBLIOGRAFIA
- 395 Novidades bibliográficas
- 397 EVENTOS
- 401 NOTAS CURRICULARES
- 407 Colaboração com a *Revista de Concorrência e Regulação*
- 409 Órgãos Sociais

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Paulo de Sousa Mendes

Miguel Sousa Ferro

No número duplo 27-28, continuamos a apostar na abertura da C&R a novos autores e às vozes dos jovens investigadores, bem como à difusão do trabalho realizado em várias Universidades portuguesas e estrangeiras. Alguns dos trabalhos incluídos neste número são uma amostra do elevado número de excelentes submissões ao Prémio Pitta e Cunha, criado pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Abrimos com um artigo de Mary Catherine Lucey, um nome que dispensa apresentações para todos os que estão familiarizados com o mundo do direito europeu da concorrência. A autora traz-nos uma visão crítica do contributo dos programas impostos pela *troika* como contrapartida pelo

In double issue 27–28, we continue to foster the opening of C&R to new authors and to the voices of young researchers, as well as to the dissemination of the work carried out in several Portuguese and foreign universities. Some of the papers included in this issue are a sample of the high number of excellent submissions made for the Pitta e Cunha Award, instituted by the European Institute of the University of Lisbon Law School.

We open with a paper by Mary Catherine Lucey, a name who needs no presentations for all those who are familiar with the world of European competition law. The author brings us a critical overview of the contribution of programmes imposed by the troika in